



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 7

MANDATO 2017/2021

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, no Centro Cultural de Alfena, na freguesia de Alfena, realizou-se a primeira reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 - Intervenção do público; -----
- 2 - Período antes da ordem do dia. -----

Ordem do Dia -----

- 1 – Pedido de suspensão de mandato formulado pelo Membro César Augusto de Oliveira Ferreira; ----
- 2 - Aprovação das atas das sessões realizadas nos dias 26.02.2018, 05.03.2018 e 28.03.2018. -----
- 3 – Discutir e votar propostas da Câmara Municipal sobre: -----
 - 3.1 – Relatório de Gestão e Contas, e aplicação de resultados da Vallis Habita, do ano 2017; -----
 - 3.2 – Relatório e Contas do Município de Valongo, do ano 2017; -----
 - 3.3 – 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2018; -----
 - 3.4 – Desafetação do domínio público para o domínio privado das parcelas com as áreas de 9661,20 m2 e 10955,00 m2, sitas no lugar de Monte Alto, freguesia de Valongo; -----
 - 3.5 - Projeto de Regulamento que estabelece a constituição da figura do/a Provedor/a do Município de Valongo e respetivo Estatuto. -----
 - 3.6 - Operação de Reabilitação Urbana (ORU) para a Área de Reabilitação Urbana do Eixo de Valongo - Submissão de proposta de ORU/PERU a reunião de Câmara para aprovação e envio para aprovação final pela Assembleia Municipal e divulgação dos resultados do período de Discussão Pública. -----
4. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara José Manuel Pereira Ribeiro, os/as senhores/as vereadores/as Orlando Gaspar Rodrigues, Paulo Jorge Esteves Ferreira, Maria Manuela da Silva Moreira Duarte, José Maria Veloso Delgado, Alberto Frenando Correia Neto, José António Ferreira da Silva e Vânia Marta da Silva Moreira Penida. -----

Verificou-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Ana Isabel Loureiro Pereira, César Augusto de Oliveira Ferreira, Daniel Filipe Alves Felgueiras, Ivo Vale das Neves, Manuel Ramos de Melo, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa e Tiago Ferreira da Silva



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Moreira Dionísio, tendo sido substituídos, respetivamente, por Joaquim António Leitão Almeida, Adelino Joaquim Machado Soares, Luís Paulo Moreira Cunha, Rute Susete da Silva Aguiar Moreira, Tiago Alexandre Gaspar Sabença, Joana Catarina Martins Machado e Jorge Manuel Ferreira da Rocha. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião. -----

O Senhor **Primeiro Secretário, António Joaquim Queijo Barbosa**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, disse que estão reunidos fora dos Paços do Concelho, local habitual da Assembleia, com o propósito dar continuidade àquilo que foi feito no mandato anterior, ou seja Assembleias fora do local habitual, descentralização das Assembleias. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, começou por congratular-se que permaneça o hábito de descentralização das Assembleias Municipais, enquanto Junta de Freguesia têm uma proximidade muito grande com a população, vivem todos na mesma terra e cruzam-se todos os dias, frequentando os mesmos locais. -----

Apesar do Município, também, ser poder local ouvem com muita frequência que os representantes municipais só se veem quando há proximidade de eleições, e quando há alguma inauguração, de resto é raro verem-se pela freguesia, e se assim fosse e se houvesse proximidade com certeza que muitos problemas se resolveriam com um maior, mais proximidade e contacto com a realidade. -----

Disse que houve a sugestão, em Conferência de Representantes, de se realizar as Assembleias descentralizadas ao sábado à tarde, o que permitiria à população aderir de uma forma diferente, se é para descentralizar, se é para ir até à freguesia não é só para fazer em local diferente, mas para que as pessoas possam participar de uma forma diferente, não sabe o porquê de não se ter realizado ao fim de semana. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu a palavra aos munícipes que pretendessem intervir. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Munícipe Joaquim Nelson Ferreira Neto**, disse que em Campo existe um Estádio com condições para a prática desportiva, não está contra as obras realizadas em Campo e nas outras freguesias, pois os investimentos trazem benefícios para o concelho. -----

Disse de seguida que o Estádio Municipal de Sobrado apresenta apenas as condições mínimas para a prática desportiva, o percurso dos árbitros, forças de segurança e atletas até aos balneários quando chove, fica cheio de água e lama, o que dificulta a passagem pelo mesmo. A iluminação é obsoleta e insuficiente o que obriga a que os treinos se realizem em apenas metade do recinto. Os balneários e a parte circundante está num estado lastimável, os tetos e as paredes estão pretos devido à humidade devido à chuva que lá entra. -----

A Senhora **Munícipe, Maria Manuela Castro Queirós**, disse que estava em representação da Associação de Pais da Escola Secundária de Ermesinde, escola que está em obras mas não vai ser intervencionada na totalidade porque o valor não permitiu que assim fosse. -----

Ficaram desagradados com o facto de ter sobrado uma verba, por força da apresentação de propostas, e lhes disseram que essa verba não pode ser aplicada na escola tendo sido reconduzida para outra escola do concelho. -----

A Câmara de Valongo tudo tem feito para que as coisas corram da melhor forma, mas precisam de ajuda para lutarem pela segunda fase da obra, porque vai ficar muita coisa ainda por intervencionar, e não querem ter meninos a ser tratados com salas de primeira categoria e outros com salas de quinta categoria, que é isso que acontece, têm quatro salas pré-fabricadas que são provisórias há mais de 20 anos. -----

Assim, solicitou a todas as forças políticas para lutarem ao lado deles por uma segunda fase de obras na Escola Secundária de Ermesinde. -----

De seguida entregou a carta entregue ao Senhor Ministro da Educação, anexa à presente ata como **Doc.1**. -----

O Senhor **Munícipe, José Manuel Nicolau Ferreira**, disse que há cerca de dois anos participou numa ação voluntária para pôr em questão a causa das portagens na A41, dada a situação de injustiça a utilizadores da Maia e Ermesinde. -----

Está previsto a breve trecho ser discutido o assunto na Assembleia da República, o assunto genérico das portagens, gostaria de saber se a Câmara Municipal de Valongo e também a Junta de Freguesia de Alfena tiveram alguma posição, se fizeram alguma ação, sobre a possibilidade de reativar a discussão sobre o assunto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

No recinto de estacionamento da feira de Alfena, quem vai do Plaza para Cabeda do lado esquerdo, tem o formato oblongo mas há pessoas que consideram uma placa giratória, circulam como é habitual pela direita, tem-se verificado que há pessoas que não respeitam a ordem natural das coisas e em vez de entrarem pela direita entram pela esquerda criando situações de potencial conflito. Dever-se-ia promover a sinalização daquele espaço, para evitar possíveis situações de conflito. -----

O Senhor **Munícipe, Celestino Marques Neves**, disse que o Senhor Presidente da Câmara tem-se esquecido de Alfena, Cabeda já foi prometido várias vezes finalmente vai ser este fim-de-semana. As obras de Cabeda são uma vergonha, por incompetência dos serviços, por incompetência de programação, Cabeda deu no que deu e continua fechada com constrangimentos terríveis para toda a gente. -----

Perguntou quando é que vai abrir a estrada sob a ponte de Cabeda, o alcatrão já está colocado, faltará uma expropriação para fazer um parque de estacionamento. -----

Disse de seguida que a cedência de um terreno para o Moto clube de Alfena, junto ao nó da A41, um terreno que é resultante de uma cedência na consequência de uma urbanização, e era o único bocadinho que restava para que fosse implementada alguma obra, algum equipamento coletivo destinado aos moradores. Uma parte foi cedida à AVA, não foi nada construído mas está lá desocupada, durante os mandatos anteriores uma parte das cedências foram vendidas para construção, o único bocadinho que restava foi cedido ao Moto clube de Alfena por um prazo de 50 anos. -----

Não é o Moto clube que está em causa, mas a Câmara tem outros terrenos e pode ceder noutra sítio, o terreno foi passado de propriedade pública municipal para propriedade privada, foi aprovado em reunião de Câmara, foi cedido por um período de 50 anos, encontre-se outro terreno que sirva aos motards, agora construir ali uma sede com aquilo que foi anunciado é uma vergonha, as Estradas de Portugal irão dizer alguma coisa sobre isso, mas a verdade é que aquele terreno faz falta para outras coisas, nomeadamente para encontrar uma alternativa à pessoa que querem regressar ao centro de Alfena e têm que ir à rotunda fazer a inversão de macha. -----

Depois há uma situação ali próxima que é uma passagem pedonal pública onde um empresário se deu ao luxo de fechar ao trânsito, o Presidente da Junta de Alfena conseguiu depois de muita insistência convencer a Câmara a sentar as partes para uma conversa, mas a verdade é que a Câmara não esteve lá, esteve um técnico superior mas que não podia resolver, foi reaberto mas está com muitos problemas, há ali lombas, tem lá um semáforo que é privado e a Câmara ainda não teve a iniciativa de o ir lá retirar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que relativamente ao Estádio Municipal de Sobrado, quando iniciaram funções o concelho de Valongo era, talvez, o único na Área Metropolitana do Porto onde nunca tinha sido prioridade investir em campos de futebol, relvados sintéticos, empenharam-se em fazer com que todas as freguesias do concelho tivessem um campo sintético, sabendo que não tinham dinheiro para fazer campos novos. -----

Existem problemas com alguns equipamentos, porque eles são velhos, e quando recebe um tratamento não deixa de ser velho, ali a grande questão são os balneários e vai ser resolvida. -----

Em relação à Escola Secundária de Ermesinde estão a lutar para conseguir o dinheiro para a segunda fase da obra, bem como para uma intervenção na Vallis Longus e na Escola Secundária de Valongo. -----

Em relação à questão do pórtico, quer a Câmara quer a Junta, quer este executivo quer o anterior, não são a favor do pórtico, sempre que pode falo nesse pórtico, o injusto é haver os pórticos na Área Metropolitana, eles deviam ser retirados de toda a Área Metropolitana, mas não depende da Câmara nem da Junta é uma decisão do Governo, e há um contrato de concessão. -----

Em relação ao estacionamento frente à feira, é uma sugestão da qual tomou nota. -----

Sobre a ponte de Cabeda, a única responsabilidade pela ponte de Cabeda é sua, Presidente da Câmara, foi uma obra que a Junta pediu, a obra já está em mais de 400 mil euros, foi uma obra onde tudo correu mal, rompeu uma conduta de água, foi o tempo, a chuva, mas só há um responsável é o Presidente da Câmara, correndo o risco de ser traído, dizem-lhe que ela vai ser aberta durante o mês de maio. -----

Sobre a cedência do terreno para o Moto clube de Alfena, foi uma sugestão da Junta de Freguesia juntamente com o Moto clube, fizeram tudo legal, foi dos processos mais demorados que tiveram, foi aprovado na Câmara, na Assembleia Municipal com 30 votos a favor, 1 voto contra, o parecer das Estradas de Portugal é positivo, foi uma decisão de uma esmagadora maioria, não é o entendimento de toda a gente, foi uma decisão tomada de forma democrática. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu a palavra aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, disse que Alfena é uma freguesia com uma forte dinâmica económica, exemplo disso é a instalação de novas empresas, a construção de novas unidades industriais não existindo praticamente nenhum terreno para indústria que esteja livre. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Todos ambicionam o crescimento, se todos querem investimento, criação de postos de trabalho também querem desenvolvimento e qualidade de vida. -----

Se o investimento privado tem existido, a Plataforma Logística do Jerónimo Martins é exemplo disso, já o investimento público, nomeadamente o investimento municipal tem sido diminuto. -----

O maior investimento em Alfena foi o alargamento da ponte de Cabeda, em quase cinco anos de mandato, uma obra programada para cinco meses demora mais de dez, obra esta numa rua estruturante em Alfena, e nunca apareceu ninguém a dar a cara aos moradores. -----

Quando a obra é lançada, quando é feito um conjunto de convites a uma série de empresas, quando apenas uma concorre e que estava num processo muito complicado em termos financeiros, concorre abaixo da base que é dada e mais nenhuma concorreu porque o dinheiro não chegava, não se podia esperar que as coisas corressem bem. -----

Interromperam a rua e esteve mais de vinte dias sem mexerem em nada, depois rebentou uma conduta, descobriram que havia uma conduta, uma ponte com 7 ou 8 metros de vão descobriram que havia ali uma conduta, a conduta estava lá, já lá existia uma ponte, numa rua estruturante em Alfena a obra passar de 5 meses para 11 meses. -----

Os comerciantes durante os onze meses despediram pessoas, alguns fecharam alguns estabelecimentos e as crianças passam por um caminho de lama para irem para a escola. -----

Portanto, tudo correu mal, mas há uma coisa que correu mesmo mal é não ter-se aproximado das pessoas, não ter dado a cara perante as pessoas, não ter dado uma justificação, pelo menos esse respeito os moradores merecem. -----

A Junta de Freguesia pediu a obra porque era importante, porque é um ponto de ligação a Ermesinde e ao apeadeiro de Cabeda, mas a população do Reguengo já por si tende a virar-se mais para Ermesinde, quando a isolamos para o centro da cidade então definitivamente é que eles dizem que vão mais depressa para Ermesinde. -----

Se percorrerem as ruas interiores de Alfena, nomeadamente Aldeia Nova, Trás do Casal ou Gandra os passeios estão todos rebentados ou são inexistente, as ruas parecem autênticas picadas, nos últimos quatro anos não houve qualquer investimento em pequenos arranjos que tão necessários, são importantes os novos arruamentos, é importante o alargamento, é importante estruturar mas também é importante cuidar daquilo que existe e em quatro anos não foi feito qualquer investimento. -----

A entrada para o Lugar do Outeiro é problemático, há mais de dois anos que informaram da disponibilidade do senhor Crespim para ceder espaço a fim de ser melhorada significativamente aquela entrada, não responderam, a Junta de Freguesia pediu uma reunião mostrou a disponibilidade do proprietário, não responderam. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A rua de Vilar é uma via muito importante de acesso à sede do concelho, à autoestrada, ao hospital, a Ermesinde e está em péssimo estado, está no PPI para este ano, será que a obra vai ser executada? A população de Alfena espera que haja mais cuidado e organização na realização desta obra do que houve na ponte de Cabeda. -----

O problema do trânsito na Viela entre a Rua Interior 1.º de Maio e o Largo Almirante Pinheiro de Azevedo, a tal que tem um semáforo, que esteve interrompida, é um problema, marcaram uma reunião onde foram atendidos por um técnico, não é técnico, está numa missão política, é o Presidente da Junta, e é atendido por um Arquiteto que lhes disse que não era nada com ele, mas que os ia ouvir e depois comunicar. -----

Passado um dia ou dois pediu uma reunião com um político, ainda não lhe responderam. ----- Existe ali um problema que é preciso resolver, é uma passagem pedonal, passam por lá carros, não há acessibilidade, se há a possibilidade de encontrar uma solução não sabe, mas enquanto as partes não se sentarem e conversarem não há solução absolutamente nenhuma, e andam empresários contra moradores, criam-se descontentamentos porque as pessoas ainda não se sentaram a conversar, porque a Câmara Municipal não tem tempo. -----

Relativamente ao Centro de Saúde de Alfena, uma luta de onze anos, em 2006 não deixaram que os mandassem para o Centro de Saúde da Bela, em Ermesinde, a Junta conseguiu o terreno, o Ministério da saúde avançou agora com a construção, a Câmara não teve qualquer mérito nessa conquista mas a Junta de Freguesia sim, no entanto só estiveram presentes na visita do Senhor Secretário de Estado no arranque das obras por mero acaso, porque viu lá movimento e foi perguntar, às 10 horas chegou lá o Senhor Presidente da Câmara com o Senhor Secretário de Estado, ninguém o informou. -----

É imprescindível exigirem a construção do Nó do Lombelho, a obra de arte está feita apenas faltam os braços de acesso à autoestrada, é uma construção simples, os terrenos estão expropriados e nem sequer tem qualquer implicação com portagens, no entanto imaginem a importância que aquele nó teria para todo o trânsito que vem de Valongo em vez de atravessar Alfena pela Rua de Vilar ou pela Rua Comendador Matos para ir entrar na A41 no Nó de Alfena entrava logo no Nó do Lombelho, imaginem a importância que teria para a Quinta da Lousa, para o acesso à Escola Secundária e para a criação de uma nova centralidade na zona do Lombelho. -----

Outra via que têm, em conjunto, melhorar fortemente é a Rua 1.º de Maio, o trânsito é infernal, a via corta Alfena ao meio, não tem segurança para peões, não tem capacidade para tamanho volume de trânsito, têm que pressionar o IP, têm que tirar o trânsito de passagem no centro da cidade, e para isso não podem desistir de lutar pela deslocação da portagem da Senhora do Amparo para depois da saída, se aquela portagem se deslocar 1 km para a frente a seguir à saída do Nó da Senhora do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Amparo, todo o trânsito de passagem que sai no Nó de Alfena passaria a sair na Senhora do Amparo, e a própria A41 passaria a funcionar como uma via circular externa. -----

O Parque Vale do Leça, são 60 mil metros quadrados de terreno já disponibilizado à população, este parque dá uma nova centralidade à cidade mas há muito investimento a fazer e também a Câmara tem que os ajudar a investir. -----

As crianças precisam de um parque infantil, os jovens querem um Skate Parque, a recuperação do Moinho do Cabo é importante para a preservação da memória, é preciso iluminação, se a Câmara faz nos outros lados porque é que não pode fazer em Alfena dizendo que os terrenos não são municipais. A cidade de Alfena tem cerca de 18 mil habitantes e o edifício da Junta de Freguesia tem dois pisos com 40 metros quadrados cada um, o edifício não tem o mínimo de condições para atender os alfenenses nem para quem lá trabalha, há um processo na Câmara de cedência de terreno na Avenida Sá Carneiro, processo encetado entre 2009 e 2013, o processo está na fase final de cedência, está pronto a efetivar a cedência. -----

Entretanto no início de mandato ficou parado com a concordância deles pois foi dito que a Câmara estava a negociar a Casa da Bandeirinha e ali também podia ser albergada a Junta de Freguesia, por informações que têm tal parece que não se concretizará em tempo útil, pelo que há 2 anos que tentam junto da Câmara recuperar o processo antigo e concretizar a cedência, pediram para reunir e a Câmara nem responde, é importante a construção do edifício pois é na Junta de Freguesia que os alfenenses buscam os primeiros serviços de apoio. -----

A Junta de Freguesia tem um conjunto de serviços sociais que presta há 12 anos à população e que não consegue ampliar e melhorar por falta de espaço físico, já têm um espaço alugado mas precisam de mais, a Escola do Xisto está fechada quando é tão ampla e com condições para acolher alguns serviços sociais da Junta e de outras associações da mesma área. Continuam a pedir à Câmara a cedência de instalações, pois se elas são públicas e se queremos melhorar e ampliar o serviço público que prestam, não tem lógica o Senhor Presidente da Câmara teimar em não ceder. -----

O Alfenense e Centro Social e Paroquial tem que ter outro tipo de apoio, em Alfena não há estádios municipais, há instalações desportivas do Centro Social e do Alfenense. -----

Onde há instalações municipais quem paga a conta da água, da luz, da manutenção é a Câmara Municipal, em Alfena quem paga a conta luz, da água, da manutenção, do pessoal são as instituições, a Câmara nem construiu nem apoia, por isso o Alfenense e o Centro Social têm que ter outro tipo de apoio porque estão a substituir o investimento municipal. -----

De seguida entregou à Mesa os seguintes documentos: -----

- **Mocção** sobre a escola do Xisto, anexa à presente à como **Doc.2**; -----

- **Mocção** sobre o Parque do Vale do Leça, anexa à presente ata como **Doc.3**; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

- **Moção** sobre o Nó do Lombelho, anexa à presente ata como **Doc.4**; -----
- **Moção** sobre o Atlético Clube Alfenense e o CSPA, anexo à presente ata como **Doc.5**; -----
- **Moção** sobre terreno para novo edifício da Junta de Freguesia, anexa à presente ata como **Doc.6**; --
- **Voto de Congratulações** sobre a construção do Centro de Saúde de Alfena, anexa à presente ata como **Doc.7**; -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Armando Gabriel Teixeira Baltazar**, fez a leitura de um **Documento** que se anexa à presente ata como **Doc.8**. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que ir a Alfena o Senhor Secretário de Estado inaugurar o início da construção do novo Centro de Saúde e não convidar o Presidente da Junta de Alfena para estar presente, é uma falta de respeito institucional e mostra um egoísmo na disputa pelo protagonismo político. -----

Sobre a ponte de Cabeda estão a falar de uma obra que inicialmente a previsão era para 5 meses e resvalou para o dobro do tempo, com os transtornos que causou à população em todo o eixo central de Alfena com todos os prejuízos para a população local. -----

Já muito se falou sobre as causas do enorme atraso, desde o empreiteiro que não cumpriu com os prazos até com os problemas dos donos envolventes, o que mostra a falta de planeamento e a forma apressada com que se lançou esta obra. -----

O Senhor Presidente da Câmara em resposta a uma solicitação sobre o tema na última Assembleia Municipal assumiu que não havia mais desculpas e que a culpa era dele, dizendo até que era o resultado de uma decisão em ano eleitoral. -----

Tudo isto deve ser motivo de reflexão para os valonguenses, perguntando quanto mais irá custar ao erário público o facto de a obra demorar o dobro do tempo que estava previsto. -----

De seguida questionou o executivo sobre a adesão à tarifa social da água que a Assembleia aprovou, através de uma recomendação, em dezembro passado, se aceitou a recomendação e se sim em que ponto é que está a situação. -----

Quanto aos parquímetros é vergonhoso as queixas que todos os dias se vê nas redes sociais e não só, apanha-se multa por tudo e por nada, atravessa-se a rua para trocar moedas, multa, vai a um estabelecimento trocar moedas multa, já viu uma rede social uma multa antes de expirar o tempo pago para o estacionamento, não há respeito por ninguém, é lamentável ouvir dizer as pessoas que vêm a Valongo para ser roubadas. É preciso fazer alguma coisa rapidamente, não podem ficar só pelas palavras e chamadas de atenção à concessionária, a Câmara tem que atuar. -----

De seguida fez a leitura dos seguintes documentos: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

- **Recomendação** sobre a requalificação e modernização da Escola Vallis Longus, anexa à presente ata como **Doc.9**; -----
- **Recomendação**, lembrar Humberto Delgado em Valongo, anexa à presente ata como **Doc.10**; -----
- **Voto de Pesar**, falecimento da Vereadora Marielle Franco, anexo à presente ata como **Doc.11**; -----
- **Saudação** ao 1.º de Maio, anexa à presente ata como **Doc.12**; -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Torres Gonçalves**, fez a leitura de um Documento anexo à presente ata como Doc.13, cujo teor se transcreve: -----

“É com grande satisfação que o grupo municipal do PSD vê a realização de mais uma Assembleia Municipal em Alfena. Alfena sabe receber; os Alfenenses preocupam-se com a sua terra; Alfena interessa-se com o concelho. E, era por aqui que gostaria de começar: é pena, é de lamentar que o município não tenha por Alfena o interesse que Alfena tem pelo concelho. É pena, é de lamentar, que o município não tenha por Alfena o respeito que Alfena tem pelo concelho. -----

Alfena é, hoje, uma freguesia de referência; quer no concelho, quer na área metropolitana do Porto. Hoje, Alfena cativa grandes grupos empresariais - como aconteceu com o empreendimento do Grupo Jerónimo Martins - que o Senhor Presidente tanto criticou enquanto esteve na oposição, mas que logo se apressou a inaugurar como presidente da Câmara, quando percebeu que dava uma foto bonita. É pena, é de lamentar que Alfena só tenha servido para isso, uma vez que o Senhor Presidente nada tem feito para solucionar os problemas com que, diariamente, os alfenenses se debatem. -----

Elencaremos só alguns desses problemas. Desde logo, abordemos a matéria da rede viária da freguesia. -----

Alfena tem de lidar, hoje, com cerca de 10 mil carros e cerca de 600 camiões por dia. Grande parte deste tráfego circula pela Rua 1.º de Maio (EN 105), que é uma via saturada e que não apresenta condições, nomeadamente para o tráfego pesado. Mostra-se fundamental procurar desviar os veículos pesados desta via. -----

As portagens junto à plataforma da Jerónimo Martins conduzem a que todo o trânsito atravesse Alfena, sobretudo os veículos pesados. Para tal ser ultrapassado, é necessário eliminar os pórticos da A41, dissuadindo a utilização do centro da vila no caminho daqueles veículos. Deverá, assim, assumir-se a A41 como uma circular externa à freguesia de Alfena. -----

Além disso, deverão ser implementados mais passadeiras e semáforos na EN 105, a fim de aumentar a segurança nesta via estruturante. Mesmo em troços recentemente intervencionados as condições criadas não são as melhores, nomeadamente quanto à largura dos passeios. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A Câmara Municipal de Valongo, que mantém a postura de não assumir as suas responsabilidades, não teve astúcia para exigir junto da Infra Estruturas de Portugal e do Ministério a resolução deste problema, em particular para a salvaguarda da segurança dos moradores. -----

Refira-se, ainda, que, como o Sr. Presidente da Câmara Municipal bem sabe, a circulação automóvel na viela que faz a ligação entre a Rua interior 1º de Maio e o Largo Almirante Pinheiro de Azevedo tem gerado imensa controvérsia e, mesmo, entre os utilizadores daquela viela e, nomeadamente, a empresa IEME. Recorde-se, por exemplo, que a mencionada viela esteve interrompida durante semanas. A Câmara Municipal nunca esclareceu o sucedido e a demora na resolução do problema. --

Só a ação da Junta de Freguesia permitiu, com uma solução provisória, desimpedir a dita viela. Há que questionar: Para quando a obtenção de uma solução definitiva para mais este problema? -----

Depois, refira-se que nas obras que estão a decorrer na zona de Cabeda/Reguengo existe um passeio (entre a Rua de São Vicente e a Rua da Paz) que está a ser reconstruído e, ainda assim, não irá permitir a circulação de uma cadeira de rodas ou de um carrinho de bebé. É injustificável que não se respeitem as mais básicas regras de mobilidade que assegurem a acessibilidade para todos. -----

Relativamente às obras relativas à ponte de Cabeda, mostra-se escusado tecer grandes comentários quanto à débil gestão deste dossiê pelo Senhor Presidente da Câmara, em que uma obra projetada para 60 dias ultrapassou os 200 dias, com o desespero e abandono dos moradores e comerciante (soubemos hoje que o Sr. Presidente, com coragem espalhafatosa, qual peça de teatro tão digna no palco em que se encontra, está a aguardar o mês de maio. Como é o mês dos milagres, pode ser que lhe corra bem). Já lhe chamaram o “Novo Muro de Berlim”, que prejudicou e prejudica a população e que quase matou o pequeno comércio daquele lugar da Freguesia de Alfena. Urge, então, questionar: demorará outro tanto tempo a compensar, nomeadamente pecuniariamente, as pessoas que sofreram na pele os efeitos desta obra, nomeadamente os comerciantes, que desnecessariamente sofreram danos marcados nos seus negócios. -----

Por fim, refira-se a discriminação a que a freguesia está votada. O executivo em funções discrimina Alfena pois não se preocupa em remodelar a piscina de Alfena e fazer com que o serviço prestado neste equipamento seja equiparado aos existentes em Ermesinde e Valongo; nem se preocupa com o impacto que a falta de um pavilhão municipal causa, nomeadamente apoiando as instalações do Alfenense. Na verdade, este executivo discrimina Alfena pois, em vez de procurar mitigar a falta de equipamentos municipais, nomeadamente desportivos, com o apoio às associações locais, que tanto promovem a cultura, o desporto e a ocupação de tempos livres dos jovens, opta por negar o apoio que presta às associações que gozam, e bem, nas restantes freguesias dos equipamentos municipais. O executivo em funções discrimina Alfena quando não reconhece a necessidade uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

nova sede para a Junta de Freguesia em Alfena, que permita os seus órgãos, democraticamente eleitos, de desenvolverem a sua atividade de proximidade. -----

Para quando a equidade no tratamento das freguesias, das associações e dos munícipes? -----

Já por diversas vezes o PSD se insurgiu contra a atitude do Senhor Presidente da Câmara face à Alfena, ora por iniciativa própria ora secundando o Senhor Presidente da Junta. Gostávamos que as nossas reivindicações para Alfena fossem atendidas. Infelizmente, não o têm sido e, por isso, não nos cabe senão ter uma palavra crítica para com o Senhor Presidente da Câmara hoje perante os alfenenses. Esta postura de reivindicação quanto a Alfena, continuaremos a tê-la seja a Assembleia Municipal em que freguesia for!” -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, Alexandre Manuel da Silva Teixeira**, disse que têm ouvido e percebido a importância que o executivo dá às questões da transparência, hoje da parte da tarde estava on-line no site da Câmara Municipal uma notícia com data de 8 de fevereiro de 2017, que dizia Valongo é o Município mais transparente da Área Metropolitana do Porto, estava àquela data em 8.º lugar a nível nacional. -----

Hoje, o mesmo Município já não é um exemplo da transparência nem sequer é o mais transparente da Área Metropolitana do Porto, e já nem está em 8.º lugar no ranking a nível nacional, caiu 34 posições, está neste momento em 42.º lugar. -----

Há poucas sessões atrás, tiveram a maioria PS, presente na Assembleia Municipal, a votar contra toda a oposição uma proposta apresentada pelo CDS que colheu o apoio de todos os partidos, da esquerda à direita, à exceção do PS, que pretendia que fosse dado a conhecer à população, aos eleitores, o que se passa na Assembleia Municipal, a iniciativa prendia-se no sentido de tentar dar corpo, de tentar informar a população de como é que correm os trabalhos na Assembleia Municipal, e essa proposta foi chumbada pelo PS. -----

Outro exemplo que justifica a queda abrupta no ranking do índice de transparência municipal tem a ver com a forma como a Autarquia gere o seu dinheiro. -----

Apercebendo do nível de insatisfação dos munícipes o executivo decidiu muito, recentemente, contratar uma empresa para construir um inquérito relacionado com a satisfação dos cidadãos relativamente ao Município e talvez também em relação ao seu Presidente, até aqui tudo bem, não acho que seja dinheiro muito bem gasto, o pior está na forma como tudo foi feito, e nos resultados que já se anunciam. -----

Foi feito por ajuste direto, tudo bem, os ajustes diretos têm por objetivo consultar o valor de mercado de um determinado bem ou determinado serviço, consultar através de um número restrito de entidades especialistas nessa matéria e selecionar entre elas o menor preço, há algumas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

recomendações da Comissão Europeia que dizem que até 15 mil euros consultar 3 entidades, até 50 mil euros consultar 5 entidades, e o que a Câmara Municipal de Valongo fez na contratação do estudo foi um ajuste direto com consulta a uma única entidade, ou seja não consultou o mercado para escolher o melhor preço, ao invés convida uma única entidade para contratar um serviço de 20 mil euros, não é um ajuste direto é uma requisição a uma entidade previamente escolhida. -----

Se o preocupa a forma mais o preocupa o resultado, aquele que já é conhecido, sabem que a entidade já começou a trabalhar, inclusivamente já produziu o seu primeiro relatório, a preocupação que a entidade teve de inscrever nesse relatório foi um plano de aquisição que pretende levar a cabo para a execução do trabalho, para além do valor de levou para contratualizar, para realizar o próprio trabalho. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à consideração da Assembleia a continuação do Período Antes da Ordem do Dia no Pós Ordem do Dia, sendo **aceite por unanimidade**. -----

De seguida colocou à discussão o ponto **1 – Pedido de suspensão de mandato formulado pelo Membro César Augusto de Oliveira Ferreira**, não se tendo verificado intervenções foi colocado á votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Seguidamente colocou à votação o **ponto 2 - Aprovação das atas das sessões realizadas nos dias 26.02.2018, 05.03.2018 e 28.03.2018**, não se tendo verificado intervenções relativamente às **atas dos dias 26.02.2018 e 05.03.2018**, foram colocadas à votação e **aprovadas por unanimidade**.

Colocou à discussão a **ata do dia 28.03.2018**. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que na intervenção do Senhor Presidente não está na ata a expressão que era uma decisão de ano eleitoral. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, retirou a ata do dia 28.03.2018 para verificação. -----

De seguida colocou à discussão o ponto **3.1 – Relatório de Gestão e Contas, e aplicação de resultados da Vallis Habita, do ano 2017**. -----

-O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Torres Gonçalves**, disse que é difícil para o PSD conceber a coexistência e uma disponibilidade financeira da Vallis Habita que é patente com a manutenção dos problemas estruturais que a habitação social mantém em Valongo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Não censuram as contas positivas mas têm que censurar a falta de capacidade do Município para resolver os problemas básicos de uma parte da população que mais necessita de apoio, em que o apoio público mais se justifica, por esse motivo irão abster-se. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, disse que gostavam de se reservar ao direito de posteriormente dar opinião mais atenta, uma vez que o documento aborda questões muito técnicas e que na maioria dos casos os obrigam a ter que ver in loco como é que corresponde a realidade aos vários documentos que foram apresentados, principalmente os mapeamentos, por essa razão vão abster-se. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que acompanha com muito interesse o trabalho que tem vindo a ser feito pela Empresa Municipal Vallis Habita, durante 4 anos foram recuperados quase 100 fogos, em 4 anos foram recuperados mais fogos do que nos outros anos para trás, foi feito um esforço enorme, superior a 750 mil euros, isso mostra que há uma preocupação de disponibilizar as casas às famílias. -----

Se a empresa mantém esses rácios tem a ver com a lei, se as empresas municipais ou cooperativas municipais não tiverem determinado tipo de números são encaminhadas para a falência. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto **3.1 – Relatório de Gestão e Contas, e aplicação de resultados da Vallis Habita, do ano 2017,** sendo **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos Favor: 18 votos a favor, sendo: 15 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto da Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado Ana Raquel Martins, 1 voto do Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Miguel António Pereira de Oliveira e 1 voto do Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Valongo Rute Moreira. -----

Abstencões: 13 abstencões, sendo: 7 abstencões do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 abstencões do Grupo Municipal da CDU, 2 abstencões do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstencão do Grupo Municipal do BE e 1 abstencão do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Arnaldo Pinto Soares. -----

De seguida colocou à discussão o ponto **3.2 – Relatório e Contas do Município de Valongo, do ano 2017.** -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, fez a leitura de um **Documento** que se anexa à presente ata como **Doc.14**, cujo teor se transcreve: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

“Poderíamos remeter esta nossa nota, para a leitura da posição assumida pela CDU aquando da discussão sobre ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL PARA 2017 - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA VALLIS HABITA PARA 2017, de onde salientamos: --

A proposta de Orçamento mantém o paradigma de privatizações/concessões dos principais serviços municipais, não contendo qualquer sinal de alterar este rumo desastroso. Desta forma o estacionamento na via pública, a recolha do lixo, as refeições escolares e as águas e saneamento continuarão em mãos de privados, com elevados custos para o erário público e para as populações. Aliás, ao longo do mandato, teria sido possível iniciar processos tendo em vista a retoma de serviços, ou de parcelas de serviços, novamente para a autarquia, nomeadamente no que se refere à recolha do lixo, às águas e saneamento e às refeições escolares, mas o PS preferiu manter ou até mesmo agravar privatizações e concessões. A título de exemplo, refira-se a possibilidade de investimento municipal na ETAR de Campo, o que, caso fosse realizado, era a abertura de um caminho até à rescisão do contrato com a Bewater.” -----

Evidenciamos também a posição que sempre manifestamos quanto aos efeitos do papel de subserviência para com um PAEL aplicado também ao Concelho de Valongo, culpa dos anteriores gestores municipais do PSD, a que sem qualquer ideia de libertação, o PS se sentiu amarrado dando assim continuidade na sua relação umbilical numa gestão de continuidade. -----

Este Relatório de Gestão, reflete a gestão da maioria PS, sendo um emaranhado de valores de carácter técnico, e contabilístico. -----

Para reforçar a recuperação do endividamento e da pressão do PAEL, enfatizado pela opinião justificativa mas concordante do Sr. Presidente da Câmara na sua introdução ao Relatório de Gestão, nos próximos tempos, vamos assistindo, já estamos a assistir, aos aumentos, através da recuperação de valores com atual aumento do IMI, da Água, da Derrama, do negócio dos Parquímetros, e do que mais vier, que é o mesmo que estabilizar as finanças do Município, suportadas pela população e pelos trabalhadores. -----

Assim, o documento em apreço, nada mais reflete que os objetivos definidos no início de 2017, para um Orçamento eleitoralista, que naturalmente deu os seus resultados absolutos, mas que evidência o marcar de passo do Concelho, com os mesmos de sempre a ter que suportar os custos de más gestões. -----

Tal como aconteceu na nossa posição aquando da discussão e posição para o orçamento e as grandes opções para 2017, abstemo-nos.” -----

O Senhor Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro, disse que não colocam em causa o trabalho técnico que o documento elenca. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Querem realçar a questão da transparência e o dinheiro que se gastou na sua publicitação, despesas que estão algures em rubricas como publicidade dos serviços, outras despesas correntes e algumas situações de outros que não são bem especificados. -----

Na intervenção aquando da sua candidatura do BE ao concelho de Valongo em abril de 2017 disse: – Uma nota sobre a tão propalada transparência anunciada pelo executivo camarário, uma entidade avaliadora atribuiu o oitavo lugar na lista dos municípios portugueses no índice da transparência ao concelho de Valongo. O nosso Presidente numa atitude eleitoralista e de promoção da sua imagem apossou-se logo de seguida a pagar com o dinheiro público anúncios, gráficos, a sua fotografia em páginas de jornais nacionais, locais, outdoors, Boletim Municipal, etc. Para nós a transparência não é publicitada oportunisticamente, mas sim obrigação e uma regra no exercício e funções de quem dirige a causa pública. Transparência não é só contas certas no deve e no haver, recebo 100 gasto 100, transparência também é nas decisões políticas. -----

Tal como referiu sobre a ponte de Cabeda também esta foi uma decisão em ano eleitoral, o que pensa fazer o executivo camarário perante a classificação ano que, este ano, coloca o Município em 42.º lugar na mesma área da transparência. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, disse que quando se faz um plano de atividades é um documento de intenções, quando se chega ao relatório e contas é aquilo que se fez, e a muito custo no plano de atividades proposto no ano passado tinha 145 mil para a recuperação do Moinho do Cabo, agora não tem nada, tem 4 mil euros, tinha 100 mil euros para o Edifício da Junta, deixaram lá ficar 50 euros. -----

Aquilo que foi realizado em Alfena, em 2017, recuperação do PER do Barreiro 258 mil euros, fundos comunitários; Parque do Leça estão 140 mil euros para a recuperação tem despesas de 5 mil; Oficina do Brinquedo tinha 690 mil foram gastos 485, compreende, é uma candidatura e no momento que vier a candidatura com certeza o dinheiro virá; requalificação da Rua S. Vicente estavam mais de 300 mil euros na obra foram gastos 85 mil; tinha 140 mil para a Rua de Vilar, está outra vez este ano a Rua de Vilar, não se fez nada. -----

Em cerca de 5 milhões de investimento o Senhor Presidente da Câmara, contando com o PER do Barreiro, com o que foi gasto na ponte de Cabeda, e Parque do Vale do Leça, contando também com a transferências de 140 mil para o centro Social e Paroquial, para as obras de recuperação do antigo cinema, quer a recuperação dos balneários tudo junto dá 524 mil euros, ou seja pouco mais que 10% do investimento efetuado o ano passado pela Câmara Municipal. -----

Alfena tem cerca 19% da população, isso não é justificação, o que é justificação é em cada momento entenderem qual é a freguesia que mais está a necessitar, quais são aquelas em que foram feitos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

investimentos superiores ao longo dos últimos anos, aquelas que estão com maior crescimento, porque o crescimento não é desenvolvimento, é necessário o investimento público para criar desenvolvimento. -----

Não são discursos bonitos que resolvem os problemas, quando chegados à concretização das coisas veem que o Senhor Presidente da Câmara não gosta de Alfena, faz discursos muito bonitos mas não gosta de Alfena, diz que é o pai da cidade, a passagem de Alfena a cidade e depois trata-os assim. ---

Não tem dúvidas que as contas estão todas certas, até porque conhece os técnicos que as fizeram, é sim contra das decisões políticas que levaram às contas. -----

Há uma coisa que ainda não se falou o aumento brutal de IMI, 15% que pagam mais, onde é que está o retorno, quando há crescimento e investimento privado, o investimento privado move-se pelo lucro mas pagam taxas, pagam impostos, pagam IMI, pagam IRS, para serem construídos equipamentos públicos que permitam criar qualidade de vida, as pessoas quando vão trabalhar para um determinado local vão ver onde é que têm o pavilhão, onde é que têm as piscinas, onde é que têm o ginásio, onde é que têm as escolas, onde é que têm um conjunto de infraestruturas que lhe permita depois de um dia de trabalho terem qualidade de vida. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Luís Paulo Moreira Cunha**, apresentou um **Requerimento** anexo à presente ata como **Doc.15**, cujo teor se transcreve: -----

“Requerimento Nº 6 /2017-2021 GM PPD/PSD 22-12-2017” -----

A questão que trago aqui é muito simples, e dirijo-a ao Senhor Presidente da Câmara, como responsável máximo das contas da Câmara Municipal. -----

Sr. Presidente, não acha estranho que no Relatório e Contas que trouxe à aprovação desta assembleia não mencione o processo que está a correr em tribunal relativo à expropriação do Campo dos Sonhos? -----

Muito se discutiu no ano passado relativamente à cativação de 1,5 milhões de euros associado a este processo, mas nesse caso houve discussão porque a cativação, ou não, era uma decisão subjetiva. --

Mas, no caso das contas produzidas com base no Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais não há muito espaço para subjetividades. -----

Há uma rubrica no passivo que se chama “Provisões para Riscos e Encargos”, a qual à data de 31/12/2017 tem o valor de aproximadamente 288 mil euros. -----

Na nota 8.2.27 página 64 do relatório e contas, podemos encontrar os processos que estão provisionados nas contas da câmara no final do ano passado, contudo é com muito espanto que não há qualquer indicação do processo relacionado com a expropriação do Campo dos Sonhos. -----

Passo a citar partes da regra inscrita no POCAL relativamente às provisões: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

“2.7.1 - Provisões -----

A constituição de provisões deve respeitar apenas às situações a que estejam associados riscos. (...) São consideradas situações a que estejam associados riscos as que se referem, nomeadamente, às (...) obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso”. -----

Esclareço, desde já, que não é necessário provisionar valores para todos os processos que estão em tribunal, apenas para aqueles em que o desfecho se prevê desfavorável. Sendo que esta avaliação é, na maior parte das vezes, suportada com base na posição do advogado de defesa. -----

Nos casos em que o desfecho se prevê favorável para a câmara, não há necessidade de se constituir uma provisão, apenas se deve fazer essa ressalva no anexo. Como é o caso do processo no valor de 1,7 milhões de euros que está imposto contra a câmara pela não construção de uma habitação social e o processo de 3,1 milhões de euros interposto pela empresa Parque VE. Para estes casos não há qualquer constituição de provisão, apenas da divulgação no anexo, porque a interpretação é que o desfecho será favorável à Câmara. -----

Como pode ver na página 66 do relatório e contas, tem lá a explicação destes dois processos. Contudo, nada menciona sobre o processo de expropriação do Campo dos Sonhos, apenas foi esquecido no momento da prestação de contas. -----

Tanto quanto é do conhecimento desta Assembleia, esse processo já teve uma decisão negativa para a Câmara, que a obrigou a proceder ao depósito de 1,5 milhões de euros. -----

Parece-nos, por isso, que deveria ter sido constituída uma provisão para um processo que já teve uma primeira decisão negativa, de acordo com as regras do POCAL. -----

Neste sentido, a bancada do PSD requer à Câmara Municipal, através da Mesa da Assembleia Municipal, que nos faça chegar a mesma informação que foi remetida ao Revisor Oficial de Contas quanto aos processos judiciais em curso da Câmara à data de 31/12/2017, quer pelos advogados internos, quer pelos advogados subcontratados.” -----

A Senhora **Membro do grupo Municipal do PS, Anabela Freire de Sousa**, disse que em relação à apreciação do Relatório e Contas de 2017 no que concerne à análise patrimonial será de referir a diminuição de passivo que se tem vindo a verificar nos últimos anos, por força do decréscimo dos valores de dívida a terceiros de médio e longo prazo e também curto prazo. Espelhando o passivo as obrigações do Município a sua diminuição constitui um registo positivo que importa realçar. -----

Quanto aos resultados líquidos do exercício estes mantêm a sua tendência negativa pese embora sejam positivos os meios libertos. -----

Os principais indicadores financeiros como sejam a liquidez geral, a autonomia financeira e o auto financiamento de capitais próprios evidenciam e corroboram a saúde financeira do Município. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

No que respeita ao orçamento e à sua execução constata-se ao nível da receita uma taxa de execução elevada na ordem do 92,67%, o que demonstra não só a precisão e seriedade conferidos à elaboração do mesmo mas também o rigor imposto à sua execução. -----

Relativamente à despesa a taxa de execução fixou-se nos 84,73%, que sendo um valor alto só não foi maior porque o atraso na aprovação das candidaturas ao PEDU e ao PDCT não permitiu o arranque das obras objeto de financiamento em tempo útil. -----

Os valores obtidos ao nível da receita e da despesa demonstram o cabal cumprimento das regras orçamentais impostas pelo POCAL e pelo RAFLEI das boas práticas orçamentais e permitindo a canalização de poupança corrente gerada para financiamento de despesa de capital. -----

No que respeita às Grandes Opções do Plano verifica-se o grande peso das funções sociais, demonstrativo do esforço realizado pela Autarquia ao nível da educação, da ação social, do desporto, da cultura e do ambiente, áreas fulcrais para o desenvolvimento de qualquer território e para o incremento da qualidade de vida das populações. -----

Numa Autarquia que até há pouco tempo vivia sobre as amarras do PAEL o nível de endividamento assume particular importância, é com orgulho que se constata que o valor da dívida total se encontra abaixo do limite imposto por lei, ou seja não há excesso de endividamento. -----

Se dúvidas houvesse quanto à boa gestão financeira da Autarquia aqui elas se dissipam por completo. -----

Saliente-se ainda o facto de nos últimos 4 anos o nível do endividamento total ter baixado cerca de 12 milhões de euros, o que bem demonstra o esforço deste executivo na consolidação das contas do Município. -----

É também só com uma gestão rigorosa, em que todos os recursos são otimizados que se consegue um prazo médio de pagamentos a fornecedores de 3 dias. -----

Será, também, de referir a evolução verificada ao nível do sistema de contabilidade de custos implementada e que permite a disponibilização de informação adicional relevante à gestão municipal.

O Relatório de Contas é um documento essencialmente de natureza técnica, o seu objetivo é espelhar aquilo que foi a gestão de uma Autarquia num determinado período, o que se pretende é que se aprecie o rigor da gestão e da informação prestada, este é um documento sério elaborado com clareza e objetividade devidamente avalizado pelo Revisor Oficial de Contas que refere e passo a citar – o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas não tendo sido identificadas incorreções materiais. -----

Pelos motivos invocados o PS votará favoravelmente o Relatório e Contas de 2017. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, começou por dizer que a dívida diminuiu em 18 milhões de euros. -----

Em relação à intervenção do Membro Luís Cunha sobre o processo do Campo de Sonhos, e mais dois processos, dois processos que herdaram do passado, um é Mirante de Sonhos, que está em julgamento, o caso do BPN que envolve uma carta de conforto assinada por um alto dignitário de anteriores executivos, mas está resolvido para a Câmara, era uma situação de um factoring mas está resolvido. -----

O outro, também uma herança, os Parques VE, é um processo pesadíssimo em que a empresa que está a explorar o estacionamento em Ermesinde e em Valongo meteu um processo à Câmara e que se estima que peçam à volta de 5 milhões de euros, o serviço jurídico diz que à partida vão resolver a bom termo, porque se não resolverem a bom termo é um caos financeiro para a Câmara. -----

O campo de futebol de Sonhos foi uma decisão que tomou, que foi respaldada por unanimidade no executivo, de expropriar aquele equipamento para resolver um problema da cidade, estão sujeitos a um processo de expropriação, no ano passado o processo ainda era um processo administrativo e só este ano é que foi enviado para Tribunal para recurso de impugnação judicial, o que significa que vão entrar num processo longo de combate jurídico. -----

Não aceitaram aquele valor, só avançaram para a expropriação quando foi dada a Declaração de Utilidade Pública, e a Declaração de Utilidade Pública é dada mediante uma avaliação que o Governo condicionou, para darem a DUP tinham de avaliar de acordo com determinados critérios, fizeram a avaliação que conduziu à Declaração de Utilidade Pública, atribuindo um valor de 157 mil euros, ele próprio ficou admirado pois achava que valia no mínimo o que na altura o proprietário deu ao Tribunal que eram 300 mil, curiosamente outros avaliadores avaliaram 10 vezes mais aquele equipamento, passando por cima do PDM, fazendo de conta que ali era um terreno de construção. -----

Sobre a intervenção do Senhor Presidente da Junta, percebe, mas se num ano fazem mais, num ano fazem menos, num ano fazem menos no outro fazem mais. -----

A partir do momento em que houve um atraso na ponte do Reguengo não podiam impedir a circulação na Rua de Vilar, essa foi uma decisão, adiaram o investimento por causa disso. -----

Ao contrário do que se diz foi este executivo que desbloqueou a situação do investimento da Jerónimo Martins, porque se não fosse a revisão do PDM ele nunca teria vindo para cá, porque outros executivos queriam metê-lo ao lado, onde não dava para fazer. -----

Resolveram o problema da luz, abrimos um Espaço Cidadão, fizeram a intervenção na Rua de Cabeda, ajudaram a que haja hoje uma feira em Alfena com um investimento de mais de 200 mil euros, transferiram o dinheiro para que o antigo cinema seja aberto como auditório de S. Vicente passando a ser o maior espaço do concelho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Este ano vão fazer uma intervenção pesada em várias escolas, na freguesia quatro escolas vão ver coberturas alteradas, Xisto, Codiceira, Lombelho e Cabeda, vai aparecer um grande investimento em 2018 em coberturas. -----

Em relação à intervenção do Membro Fernando Monteiro sobre a questão da transparência, são uma Câmara muito transparente, continuam a ser transparentes, a entidade que promove o indicador manteve os critérios, alterou a forma de os avaliar, agora a atitude que assumem é uma atitude de humildade. -----

Este ano incluíram uma informação pela primeira vez, quanto é que a Câmara, por ano, transfere para as coletividades, em apoios financeiros, protocolos, isenções e outros apoios, num valor total de 3 milhões 371. -----

Vão analisar, no ano passado tiveram 91 pontos percentuais com menos informação, este ano com mais informação tiveram 72 ponto, vão analisar e para a próxima vão voltar a subir. -----

Sobre o Relatório e é importante destacar que a Câmara paga a 3 dias, o que nunca aconteceu na história do Município, poucas câmaras pagam a 3 dias, executaram em mais de 91% a receita e em mais de 92% a despesa, despenderam quase 20% em funções sociais. -----

Existe uma preocupação muito grande em libertar a Câmara do endividamento, foi a reunião de Câmara e foi votado por unanimidade um acordo com a EDP para um perdão de dívida, a EDP vai perdoar 5 milhões e 600 mil euros. -----

No ano passado gastaram muito dinheiro a pagar dívida, com esse dinheiro tapava montes de buracos, mas não pode deixar de pagar dívida. -----

Quando entrou reduziu ligeiramente o IMI, agora mexeram no IMI, tiveram o cuidado de mexer para um valor que é menor do que aquele que se pagou há uns anos, mas nos próximos anos vai-se ver investimento porque têm recursos para tapar buracos, fazer passeios, colocar as estradas em condições, fazer parques infantis. -----

Vão investir e vão dotar as escolas da responsabilidade da Câmara com salas do futuro e com parques infantis, ou seja a situação financeira do Município permite fazer isso, isso significa ter boas escolas. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que a questão não está nas coisas positivas que a Câmara fez, referiu-se à transparência ligando-a à atribuição que foi feita pela entidade de avaliação, na sequência à forma como se gastou dinheiro na publicitação dessa transparência, é a nossa. A transparência não se publicita, é uma regra, ela cumpre-se, faz parte da atividade de quem dirige a causa pública. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Recordou que o Presidente da Câmara teve um parecer negativo da Comissão Nacional de Eleições, de uso de dinheiros públicos que foram considerados na atividade eleitoral. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que em relação à questão dos Outros que o Membro Fernando Monteiro colocou, as grandes duas rubricas dos Outros, uma delas tem a ver com Outras Despesas Correntes, no ano passado tiveram 423 mil euros de restituições de impostos municipais, Autoridade Tributária, entre restituição de impostos municipais sobre transmissões de imóveis, restituição de diversos impostos diretos, IMI, Contribuição Autárquica, registo da taxa de gestão de resíduos, registo de IRS de juros de depósitos e dividendos, e a taxa de análise da ANPC, 423 mil euros, isto explica o aumento de cento e vinte e tal por cento. -----

Nos outros Outros, houve o aumento na Expoval, foi público, reconhece, as empresas não deram o contributo que estavam à espera e aumentou, na Vallis Habita na gestão do património habitacional, houve uma alteração na percentagem das cobranças de rendas que os obrigou a transferir 57 mil euros, no âmbito do PEDU tiveram que comprar os inquéritos de avaliação 50 mil euros, houve um aumento de 37 mil euros de fornecimento de refeições escolares, houve 33 mil para o fornecimento das frutas e hortícolas nos estabelecimentos escolares, o plano de Emergência de Apoio Alimentar, a quota entrarem para o Eixo Atlântico, para a Associação de Turismo e Cultura Plataforma UM Cidades 18 mil euros, houve um aumento relativo a palcos para diversos eventos culturais 10 mil euros, ao nível do aluguer de stands 18 mil euros, nas comemorações Aldeia de Natal de Ermesinde e de Valongo 62 mil e as comemorações 68 mil, portanto não está nada de publicidade. -----

Houve uma queixa à Comissão Nacional de Eleições que não teve nada a ver com isso, uma queixa por duas razões, primeiro uma foi contra o cartaz do PS, pago pelo PS, dizendo o PS não pode ter um cartaz dizendo que presta contas, e a outra sobre aquilo que fazem todos os anos sobre a prestação de contas. -----

A Comissão Nacional de Eleições chamaram-nos à atenção, já perceberam que naquele prazo não se pode fazer, em ano eleitoral a prestação de contas não pode ser feita, porque ela só é feita depois da aprovação das contas, depois de votar a prestação de contas organizam uma sessão de prestação de contas. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Paulo Miguel da Silva Santos**, disse que a queixa à Comissão Nacional de Eleições em período de campanha eleitoral foi feita pela Comissão Nacional de Eleições, e foi feita de modo a concluir que o Senhor Presidente da Câmara tinha que se abster de ter um determinado comportamento, e que ao contrário tinha que ter um outro comportamento, envolvendo exatamente a publicidade institucional paga pela Câmara, que era



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

exatamente igual em termos de mensagem política, que era uma mensagem política que estava lá implícita, à propaganda política do PS em período eleitoral. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que a Comissão Nacional de Eleições não o impediu de dizer que presta contas, e mesmo que o tivesse feito continuava a dizer, presta contas, está num país livre onde pode afirmar que presto conta, a maior parte dos políticos não prestam contas. -----

O que de relevante saiu daquela decisão foi que dentro daquele período, dito de período de campanha, não pode haver determinadas iniciativas dos municípios, o que invalida a prestação de contas, mas um Autarca, um candidato pode, se tiver condições, de dizer que presta contas, a Comissão Nacional de Eleições não escreveu que não o podia dizer. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto **3.2 – Relatório e Contas do Município de Valongo, do ano 2017**, sendo **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos Favor: 18 votos a favor, sendo: 15 votos do PS, 1 voto da Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado, 1 voto do Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Miguel António Pereira de Oliveira e 1 voto da Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Valongo Rute Moreira. -----

Votos Contra: 9 votos contra, sendo: 7 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Arnaldo Pinto Soares. -----

Abstencões: 4 abstencões, sendo: 2 abstencões do Grupo Municipal da CDU e 2 abstencões do Grupo Municipal do CDS/PP. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Luís Paulo Moreira Cunha**, fez a leitura de uma **Declaração de Voto** anexa à presente ata como **Doc.16**, cujo teor se transcreve: -----

“Os eleitos pelo PSD votam contra o Relatório e Contas do Município de Valongo, do ano de 2017, não por colocar em causa o trabalho técnico dos funcionários municipais mas por acreditarem que os mapas contabilísticos apresentados incorporam despesas eleitorais, criticadas durante o ano económico em apreço, nomeadamente na rubrica respeitante a “Outras Aquisições de Serviços” onde se verificou um aumento de 12,51%, bem como na rubrica de “Outras Despesas Correntes” onde se reflete um aumento de 135,2%. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O entendimento da CNE foi precisamente que estariam a ser utilizados recursos suportados pela autarquia, que serviam propósitos eleitorais que beneficiariam o Executivo socialista, nomeadamente os Muppies e Outdoors de prestação de contas. -----

Adicionalmente, a não constituição da provisão ou divulgação no anexo do processo de expropriação do Campo dos Sonhos, coloca em causa a qualidade da informação financeira para os utilizadores do mencionado relatório. Em primeiro lugar, para deixar claro que se há dúvidas é pela falta de informação que chega a esta assembleia. Em segundo lugar, o vai definir se há alguma dúvida relativa a esta questão é a resposta ao requerimento apresentado e não o senhor presidente.” -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, Alexandre Manuel da Silva Teixeira**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

“O sentido de voto da bancada do CDS na abstenção deve-se às reservas políticas e não técnicas que tem sobre o documento, em coerência daquilo que também foi o nosso sentido da votação na altura do Orçamento, e nomeadamente a distribuição paritária do dinheiro por todas as freguesias.” ---

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto **3.3 – 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2018**. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Joana Catarina Martins Machado**, fez a leitura de um **Documento** anexo à presente ata como **Doc.17**, cujo teor se transcreve: -----

“Confrontados com a proposta da segunda alteração ao mapa de pessoal de 2018, constatamos que afinal é possível à autarquia contratar e criar novos postos de trabalho, ao contrário do que vem sendo afirmado ao longo dos últimos anos. -----

No entanto, questionamo-nos sobre quais as premissas em que se sustenta esta nova alteração ao mapa de pessoal no espaço de dois meses, pelo que esperamos ver respondidas as seguintes questões: -----

1) a criação de um posto de trabalho de Jurista e de oito postos de trabalho na carreira de Assistente Técnico a afetar também à área jurídica traduz-se na cessação do contrato de prestação de serviços com o Sr. Dr. Ricardo Bexiga? -----

2) A criação de postos de trabalho na carreira de assistente operacional a afetar à área de recursos escolares traduz-se na integração de pessoal que realiza Contratos de Emprego Inserção nas escolas? -----

3) Há nesta proposta alguma perspetiva futura de remunicipalização gradual das áreas privatizadas?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Será o esclarecimento das questões agora colocadas que ditará o modo como a CDU votará esta segunda proposta de alteração ao mapa de pessoal de 2018.” -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Torres Gonçalves**, disse que o Mapa de Pessoal em discussão constitui mais uma oportunidade perdida para o Município, uma vez que não responde às necessidades deste, a Câmara só resolve o que lhe convém e aquilo que é obrigada a resolver. -----

Por um lado a grande prioridade são as chefias, por outro o reforço de pessoal nas escolas decorre de uma obrigação legal. -----

Questionam o facto de a Câmara Municipal continuar com défice em termos de economistas, de que tanto já se falou, mas a aposta continuar a ser engrossar o departamento jurídico, área em que a Câmara tem uma avença com um companheiro de partido do Senhor Presidente da Câmara, esperam que tal não se deva apoiar a avença que o Município já suporta, nem qualquer apoio jurídico que tenha concluído ser agora prestar devido à fiscalização do estacionamento. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que em relação à intervenção da Membro da CDU, vão contratar mais um jurista, precisamos de juristas, a partir de maio há uma jurista de longa data da Câmara que vai transitar para outra Câmara, vai para a Trofa, saiu um jurista para a Câmara do Marco de Canaveses. -----

O patrocínio através de uma empresa de advogados é uma função muito importante numa área decisiva para as câmaras, antigamente havia um determinado gabinete, agora há um gabinete de um Deputado, de uma pessoa que tem feito um trabalho importante e vão continuar a trabalhar com ele porque são situações diferentes, uma coisa é o serviço jurídico outra coisa é todo o apoio que necessitam em Tribunal. -----

Os oito postos de trabalho da carreira de Assistente Técnico tem a ver com os Espaços Cidadão, abriram 12 vagas para os Espaços Cidadão, a esmagadora maioria das pessoas que entraram são licenciados, mas entraram para a carreira de Assistente Técnico, tentaram arranjar forma de transitar para uma carreira de Técnico Superior, porque têm habilitações, o que está a acontecer é que muitos estão a sair para outras câmaras, o que é legítimo. -----

Enquanto está aberto o concurso vão buscar pessoal porque se não entra em rutura os Espaço Cidadão. -----

No caso dos seis postos de trabalho dos Assistentes Operacionais é para as escolas, é para cumprir os rácios do pré. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Foi confrontado há dias que o Ex-presidente da Câmara de Almada, da CDU, foi contratado pela Câmara do Seixal para serviços de medicina por 60 ou 70 mil euros, eles pagam menos ao gabinete jurídico. -----

Trabalham com um ROC, que já trabalhava com o anterior executivo, que é um bom ROC e é Deputado na Assembleia da República de um partido que não é o seu. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, disse que esse tipo e resposta não os leva a nada, ir buscar justificações a outros lados, quando até está a ser incorreto. -----

Abordou aqui o Seixal, não é o Seixal é Almada, independentemente disso não é correto o Senhor Presidente da Câmara estar a dar como justificação o que se passa noutra lado. -----

Quanto à questão dos CEI, do trabalho precário, defenda-se por aí, justifique-se por aí, pelos governos que não têm permitido que as autarquias contratem mais trabalhadores a tempo inteiro, ou com trabalho efetivo. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que em relação aos CEI, no ano passado contrataram 10 pessoas para as escolas, este ano mais 15, estão paulatinamente a contratar pessoas para acabar com os CEI. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto **3.3 – 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2018** sendo **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos Favor: 18 votos a favor, sendo: 18 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto da Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado Ana Raquel Martins, 1 voto do Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Miguel António Pereira de Oliveira e 1 voto da Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Valongo. -----

Abstencões: 13 abstenções, sendo: 7 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 abstenções do Grupo Municipal da CDU, 1 abstenção do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal do BE e 1 abstenção do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Arnaldo Pinto Soares.

De seguida colocou à consideração da Assembleia a continuação da presente reunião da Assembleia ou continuar no dia 5 de maio, foi aprovado por unanimidade a continuação da sessão no dia 5 de maio às vinte e uma horas, no centro Cultural de Alfena, na freguesia de Alfena. -----

Colocou seguidamente à votação a aprovação em Minuta dos pontos 3.1, 3.2 e 3.3, sendo aprovado por unanimidade, dando de seguida por encerrada a reunião. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

A 2ª secretária: _____